

**A FEMECS E A DECEPÇÃO COM O VETO DO PL 09/00: ENTREVISTA COM
FLAVIO SERAFINI¹**

Camila Lamarão*

Roberto Mosca Junior**

Vinicius Mayo***

RESUMO: Entrevista concedida, como as demais que integram o presente número de *Perspectiva Sociológica* (nº 27), como parte do resgate da memória de fatos e passagens relacionados ao processo de aprovação do PL 09/00 no Senado Federal, em 2001, e ao posterior veto de Fernando Henrique Cardoso. Os relatos jogam luz sobre este momento marcante da luta pela reinserção da Sociologia no currículo da Escola Básica. São seis depoimentos de cientistas sociais que se engajaram na campanha pela aprovação do projeto quando eram estudantes e participavam da Federação do Movimento Estudantil de Ciências Sociais (FEMECS). A presente entrevista é um depoimento de Flavio Serafini, professor de Sociologia da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e hoje exercendo o mandato de Deputado Estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Os depoimentos fazem parte de uma série de entrevistas realizadas em 2015, através de uma pesquisa iniciada no mesmo ano, no âmbito do Laboratório Lincoln Bicalho Roque, localizado no Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. A iniciativa foi contemplada no edital de projeto de iniciação artística e cultural lançado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) do Colégio Pedro II e desenvolvida pelos professores Roberto Mosca Junior e Vinicius Mayo.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia, Sociologia no Ensino Médio, Movimento Estudantil, Memória.

¹ Professor de Sociologia da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Flavio Serafini é professor de Sociologia e, antes de ser reeleito deputado estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Rio de Janeiro, era professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), tendo atuado também na rede estadual e privada desde 2005. Sua história com a militância começou cedo, aos 16 anos, em defesa do passe livre e do acesso à cultura e, já como estudante da Universidade Federal Fluminense (UFF), fez parte do Diretório Central dos Estudantes. Atualmente, em sua atuação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), é presidente da Comissão de Educação e da CPI do RioPrevidência; titular das comissões de Meio Ambiente e Servidores Públicos; e suplente das comissões de Direitos Humanos; Orçamento; Ciência e Tecnologia; Saúde; Trabalho; e da CPI Óbitos dos Nascituros. Também preside a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial.2019, fez parte da comissão de organização da 1ª olimpíada de Sociologia do RJ, a primeira do Brasil.

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) colaboradora realizando as transcrições das entrevistas presentes nesta edição.

** Professor de Sociologia do Colégio Pedro II e doutorando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS-UERJ, bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UERJ) colaborador do LAEDH-CPII na linha de pesquisa Grupo de Estudo em Ciências Sociais e Memória (GECISME). Revisou as presentes transcrições.

*** Professor de Sociologia do Colégio Pedro II, mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ). Revisou as presentes transcrições.

ABSTRACT: Interview granted, like the others in the present issue of *Perspectiva Sociológica* (n°27), as part of the recovery of the memory of facts and passages related to the approval process of PL 09/00 in the Federal Senate, in 2001, and the subsequent veto by Fernando Henrique Cardoso. The reports shed light on this defining moment in the struggle for the reinsertion of Sociology in the Basic School curriculum. There are six testimonies from social scientists who engaged in the campaign for the project's approval when they were students and participated in the Federation of the Student Movement of Social Sciences (FEMECS). The present interview is a statement by Flavio Serafini, professor of Sociology at the Joaquim Venâncio Polytechnic School of Health (EPSJV) of the Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) and currently serving as State Deputy for the Socialism and Freedom Party (PSOL). The testimonies are part of a series of interviews carried out in 2015, through a survey initiated in the same year, within the scope of the Lincoln Bicalho Roque Laboratory, located in the Department of Sociology of Colégio Pedro II. The initiative was included in the public notice for an artistic and cultural initiation project launched by the Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture (PROPGPEC) of Colégio Pedro II and developed by professors Roberto Mosca Junior and Vinicius Mayo.

Keywords: Teaching Sociology. Sociology in High School. Student Movement. Memory.

Roberto Mosca & Vinicius Mayo: Bom dia Flavio, vamos seguir com o roteiro que combinamos. Como foi seu envolvimento na luta pela implementação da Sociologia?

Flavio Serafini: Eu entrei para a faculdade de Ciências Sociais em 1999. Naquele mesmo ano eu participei de um Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais que aconteceu em Natal, no Rio Grande do Norte, e, como eu já tinha uma participação na militância no movimento estudantil, naquele encontro eu já participei das plenárias, dos debates, ou seja, eu já me integrei à Federação do Movimento Estudantil de Ciências Sociais (FEMECS). A gente tinha algumas faculdades no Brasil que estavam fazendo um movimento – que agora recentemente se consolidou com o REUNI [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais] – de dividir o curso de Ciências Sociais, ter curso de Sociologia, de Ciência Política, de Antropologia. Naquele momento tinha uma defesa na FEMECS de se consolidar uma visão das Ciências Sociais de forma integrada, entendendo que isso era um ponto de vista científico importante. Também tinha o debate da defesa da inserção da Sociologia no Ensino Médio. A gente tinha todo aquele debate que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garantia o ensino de Sociologia, mas não tinha uma regulamentação para que a Sociologia entrasse como disciplina específica. Aí quando a gente volta da FEMECS – desse encontro de Natal onde eu me integro inclusive –, a UFF se organizou para receber o encontro seguinte que foi na UERJ, e a gente era parte da federação, tínhamos uma das coordenações da federação [coordenação da comissão de mobilização e eventos]. Na

UFF, a gente se integra ao mesmo tempo à organização do encontro, à coordenação da Federação do Movimento Estudantil de Ciências Sociais – que era a FEMECS – e, como parte das pautas políticas prioritárias da FEMECS, às lutas pela inserção da Sociologia no ensino médio. Era uma pauta muito comum entre os estudantes de Ciências Sociais esse debate da Sociologia no ensino médio. Tanto porque era um curso que tinha uma busca por identidade, a gente ao mesmo tempo se identificava como pesquisador – no caso da UFF era um curso que tinha licenciatura acoplada – pois fazia o vestibular e entrava podendo cursar o bacharelado e a licenciatura.

R.M. & V.M.: A pergunta seria então: O que fazer? Esta busca pela identidade do estudante de Ciências Sociais estaria na “vocação” acadêmica e também no caminho ao mesmo tempo aberto e fechado do magistério?

F.S.: A maioria dos alunos queria fazer licenciatura, mas não tinha uma perspectiva de entrada nesse campo profissional, porque esbarrava numa limitação. Acho que só o Estado [do Rio de Janeiro] tinha a oferta de Sociologia, mas era muito limitada, não era em todos os anos, era uma oferta pontual. Então era um debate que fazia parte do cotidiano, porque a própria formação do aluno, quando ele entrava, tinha que escolher: “vou fazer a licenciatura ou não?”. Ali ele se deparava com o debate: “é importante a Sociologia estar no ensino médio ou não? Por quê?”. Então, nossa trajetória de formação, naquele momento em que a Sociologia ainda não estava inserida enquanto disciplina regular no sistema educacional brasileiro como um todo, era uma questão que a gente se deparava. Porque era uma questão que influenciava nossa própria formação, o fazer ou não a licenciatura. Eu decidi desde cedo fazer a licenciatura, tanto por ver na possibilidade de ser professor um campo profissional – e também algo de transformação da realidade importante – mas é verdade que existia um certo pragmatismo. Eu pensava: é mais um campo de trabalho, porque a gente nunca sabe depois de formado como é que vai ser. A trajetória profissional do cientista social era uma questão tão grande para o aluno, que eu lembro que a gente fez uma vez um seminário com o tema: “Cientista Social faz o que?”

F R.M. & V.M.: Fazendo uma retrospectiva, enquanto estudante de Ciências Sociais e atuando no movimento estudantil, como você avalia a luta pela implementação do ensino de Sociologia na educação básica?

F.S.: Eu acho que, às vezes, a gente faz história sem perceber. Eu me lembro daquelas movimentações que fazíamos, daqueles protestos (...) eu me lembro que, por mais que

tivéssemos um debate sobre concepção de educação, sobre a importância da Sociologia, a gente tinha uma motivação também muito corporativista né: vamos pra rua, vamos formar, quero trabalhar e quero que tenha Sociologia no ensino médio. Mas, olhando as pressões que o campo educacional brasileiro viveu nesse momento, a gente vê que a inserção da Sociologia e da Filosofia no ensino médio foi um contraponto importante (...) como já disse, foi uma possibilidade de, num momento em que a educação estava sendo muito pressionada numa lógica instrumental de índices, de resultados, conseguir colocar a cunha da formação humanística, ampliar essa visão. E isso ainda continua sendo muito importante. A gente agora, por exemplo, está vivendo um momento em que o sistema educacional brasileiro está sendo pressionado, por exemplo, por pautas extremamente conservadoras como o Escola Sem Partido. É evidente que a Sociologia no ensino médio é, por si só, um freio para essas pretensões autoritárias. Porque você não tem como estudar Sociologia sem ter alguma referência de autores que tenham uma leitura crítica da sociedade, não existe você fazer Ciências Sociais e analisar a sociedade sem ter um grau de questionamento. A cientificidade e a criticidade têm a ver com isso, e a Sociologia e a Filosofia, no ensino médio, ajudaram a consolidar esse pensamento.

R.M. & V.M.: Eu gostaria de mostrar algumas fotos de um ato que a gente fez mobilizando os quatro centros acadêmicos das quatro principais universidades (UFF, UERJ, UFRJ e PUC-Rio). Nesse momento, está acontecendo uma greve nacional também das universidades federais. Você aparece em duas fotos. O que te traz de lembrança?

F.S.: Eu estava vendo as fotos e é interessante que nas faixas aparece uma dupla abordagem. Uma fala sobre a questão da regulamentação, da inclusão da Sociologia por uma educação de qualidade e outras que falam: “Sociólogo formado, sociólogo desempregado”.

R.M. & V.M.: Era uma palavra de ordem?

F.S.: É essa ideia de que tinha uma motivação legítima, mas também corporativa. Mas hoje, olhando a história, vemos a importância de como essa motivação foi importante para consolidarmos uma perspectiva no ensino médio mais humanizada, mais crítica e mais importante. Vejo também muitos colegas de movimento que não eram das Ciências Sociais, porque a gente tinha alguns momentos importantes de mobilização, quando a gente conseguiu organizar as caravanas a Brasília, movimentadas pelo objetivo de tentar aprovar o projeto de lei que regulamentava essa questão da Sociologia no ensino médio. A gente tinha o momento dos encontros e aproveitava a cidade onde estávamos organizando o encontro para fazer atos e

tinha o momento das greves. Essa [foto] aqui, por exemplo, tem colegas da História e da Psicologia da UFF. Provavelmente foi uma das manifestações que a gente puxou durante a greve de 2001.

R.M. & V.M.: Qual a relação e proximidade da Greve de 2001 com a luta pela implementação da Sociologia na Educação básica?

F.S.: Foi uma greve muito forte essa de 2001. Eu me lembro que lá na UFF, por exemplo, a gente fez essa dupla mobilização, foi uma greve federal muito forte. Em 2000, foi uma greve meio mambembe, mas, na UFF, já tinha tido uma greve muito forte, a gente tinha feito uma vigília, uma ocupação. E essa de 2001 foi uma greve em várias universidades, com greve estudantil, etc. Lá na UFF, a gente já estava muito à frente do movimento – eu não era do Diretório Central dos Estudantes (DCE) ainda, eu era do centro acadêmico, mas a gente estava formando um grupo que veio ganhar as eleições do DCE ainda naquele ano depois da greve – então a gente teve uma responsabilidade na condução. Eu me lembro que tinha uma mobilização específica das Ciências Sociais que foi importante na greve. Teve um momento em que a greve estava se esvaziando, aí as Ciências Sociais fez uma discussão e, ao mesmo tempo que puxou uma mobilização ao redor da Sociologia no ensino médio, tomamos a iniciativa de pegar os endereços dos alunos com a coordenação do curso, conseguimos selos e enviamos cartas para todos os alunos. Então, num momento em que a greve estava se esvaziando, a gente mobilizou uma pauta específica das Ciências Sociais para essa luta pela Sociologia no ensino médio e enviou cartas para os alunos. Naquela época não tinha mobilização por Facebook, o próprio e-mail era muito menos usado, não era uma coisa massificada, se massificou nos anos seguintes, e depois teve outras redes sociais. A gente conseguiu mandar as cartas e fez uma baita assembleia nas Ciências Sociais, bem grande, no mesmo dia em que também teve uma assembleia geral e tirou um calendário duplo de mobilização, um específico da luta pela Sociologia no ensino médio e um ligado à agenda geral do DCE e das mobilizações das universidades federais. A gente conseguiu, naquele movimento de greve, convergir essa mobilização da Sociologia no ensino médio com a defesa das universidades públicas.

R.M. & V.M.: Além dos estudantes das Ciências sociais, das entidades de classe, existia algum apoio da academia pela implementação da Sociologia na Educação Básica?

F.S.: Quando eu entrei nas Ciências Sociais, o coordenador do curso era o professor Santo Conterato. Ele nos apresentava esse debate da Sociologia no ensino médio, era um defensor,

com publicações defendendo essa questão, mas, logo depois ele se aposentou. Dentro dos departamentos de Antropologia, Ciência Política e Sociologia a gente não tinha muito apoio. Tinha um ou outro professor que defendia, mas não se dedicava a essa questão. A falta de apoio vinha de um olhar sobre a formação do cientista social que era muito centrado numa perspectiva academicista: “olha, um cara para ser cientista social tem que, de verdade, fazer uma pós-graduação, um mestrado, um doutorado na área, aí sim ele vai ser um cientista social”. Os professores não desejavam que esse fosse o futuro dos alunos, até porque também não era uma perspectiva consolidada. Hoje, eu não sei como está essa vivência no curso. Hoje, é um fato que muitos alunos se formam e entram para as redes pública ou privada, nem que seja temporariamente, depois fazem pós-graduações, etc., mas, naquela época, isso era muito residual. Então, os professores que já estavam num lugar profissional diferente se somavam a uma perspectiva academicista: “olha, eu fiz, eu me pós-graduei e estou na universidade”. Esse é o caminho natural do cientista social – fazendo aí uma heresia com as Ciências Sociais, naturalizando uma trajetória –, tinha um pouco essa perspectiva. Então, realmente a gente não tinha muito apoio (no caso lá da UFF), a formação das licenciaturas era toda concentrada na faculdade de educação, e a formação dos alunos de Ciências Sociais não tinha uma identidade muito consolidada dentro da própria faculdade de educação.

R.M. & V.M.: A aprovação, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, do PL do Padre Roque, trouxe uma impressão de vitória, depois de tanta mobilização e articulação política, só que depois veio o veto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Qual a sensação que ficou?

F.S.: Foi decepcionante. O Fernando Henrique Cardoso tem uma formação profissional na área e nega a possibilidade da consolidação do ensino da ciência que ele era um pesquisador. Mais do que a questão do campo profissional, era um olhar que desvalorizava o campo científico do qual ele faz parte. Porque, na verdade, a educação formal é isso, a gente pegar conhecimento já sistematizado, que a humanidade teve capacidade de produzir, e fazer com que as gerações se apropriem, para construir novas perspectivas, novos conhecimentos, além, obviamente, de um desenvolvimento cognitivo, de que a apropriação desse conhecimento seja uma apropriação crítica. Mas é isso, ele vai e nega: “Esse conhecimento que eu me dediquei a vida inteira, sou autor de livro, esse conhecimento é desimportante”. Um elemento recente que tem contribuído para romper com essa dicotomia, entre o professor que dá aula e o professor que pesquisa, é a consolidação de uma rede de instituições de ensino que permitem ao profissional do ensino

médio também dedicar-se à pesquisa. Mas acho que isso é muito presente nos institutos federais, por exemplo, no Colégio Pedro II, embora você não tenha exatamente uma orientação para pesquisa, você tem um tipo de carga horária, um tipo de estrutura que permite essa associação. Eu trabalho na Escola Politécnica da Fiocruz que é uma especificidade dentro da rede, mas que também me permitiu ter essa dupla atividade de docente no ensino médio e pesquisador. Além, é claro, de que a gente vive um momento dentro da docência em geral que aumenta o número de profissionais de ensino médio pós-graduados, isso é um elemento importante da qualificação dos nossos profissionais da educação que reflete na ruptura dessa falsa dicotomia. É claro que o professor, especialmente nas condições em que é obrigado muitas vezes a trabalhar no Brasil, vive um processo de proletarização, em que a atividade docente é empurrada como tarefa repetitiva e sem reflexão. Mas isso obviamente não é um dilema só das Ciências Sociais, é de todos os campos científicos que estão presentes no ensino médio e tem relação com a estrutura da nossa educação básica que atende o conjunto da juventude. Ela ainda atende, de forma muito desigual, uma parcela da população que tem acesso à educação de forma muito precarizada, muito sucateada, o que reflete, de forma muito evidente, determinadas condições de trabalho e salariais de uma parcela dos profissionais que se dedicam à Sociologia.